

CAPÍTULO 1

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMO O CONSUMO E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL PODEM AFETAR A QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL E CONTRIBUIR PARA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**Meri Grace de Jesus
Roberto Ferreira Prudêncio da Silva
Mariana Marinho da Costa Lima Peixoto
Patrícia dos Santos Vigário**

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM);
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL)

1. INTRODUÇÃO

Durante uma reunião de cúpula com representantes da sociedade civil e de líderes mundiais de 193 países em 2015, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, firmou-se um acordo que iria alavancar e mudar a maneira de viver e pensar a vida na Terra de modo sustentável e saudável. Dos países com as maiores riquezas, aos países com os menores recursos disponíveis foram sugeridas ações que iriam ao encontro de uma vida melhor, digna, desenvolvida e suportável. Assim, surgiram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030 da ONU, desmembrados em metas e indicadores a serem alcançados na tentativa de salvar o planeta e melhorar a qualidade de vida dos povos de todas as nações.

Inúmeros são os desafios para tentar salvar o planeta das mais tenebrosas catástrofes ambientais, climáticas e humanas. Os 17 ODS propostos não se esgotam e nem são excludentes, e sim, são ideias apresentadas para nortear as ações, que devem ser colocadas em movimento por todos os países participantes. A erradicação da pobreza, presente no ODS 1, se destaca visto que a condição humana perpassa inicialmente por todas as outras.

O homem, sendo agente das ações, muda e cria o centro da vida na Terra. É aquele que constrói e destrói, muitas vezes na mesma velocidade. Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 3º, erradicar a

pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais fazem parte dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como algo que deve-se alcançar enquanto sociedade.

Ao falar sobre pobreza não se pode deixar de citar o capitalismo financeiro. A relação entre o consumo desenfreado potencializado e a estrutura econômica desigual trazem inúmeros problemas que colocam em risco a dignidade da vida humana e o bem-estar social. No Brasil, os cidadãos possuem direitos sociais instituídos por lei, sendo eles: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social aos desamparados (CF/88, art. 6º). Desse modo, pode-se observar que o ordenamento jurídico brasileiro enumera e garante direitos que devem ser seguidos para o bem da coletividade.

A latente exclusão social, a falta de oportunidades, a degradante condição de moradia, a discriminação racial e de gênero, a ineficiência e em muitos casos a ausência das políticas públicas colocadas em prática, e o mercado financeiro com seus altos juros são alguns dos obstáculos a serem superados para erradicação pobreza. Além de ser um cenário onde milhares de pessoas vivem em situação de completa vulnerabilidade buscando meios para sobreviver de maneira digna e menos degradante. Embora os obstáculos sejam inúmeros e a desigualdade nos últimos anos tenha alcançado estágios alarmantes acentuados pela pandemia da COVID-19 e pela má gestão dos governantes, algo precisa ser feito de maneira urgente para mitigar tanto sofrimento.

Segundo o mapa da pobreza da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado em junho de 2022, no ano de 2021, o número de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 reais mensais para a linha de U\$ 5,50/dia ajustada por paridade do poder de compra (R\$ 497 mensais) atingiu 62,9 milhões de brasileiros; 33,5 milhões para a linha de U\$ 3,20/dia (R\$ 289 mensais) e 15,5 milhões para a linha de U\$ 1,90/ dia (R\$ 172 mensais). Ainda de acordo com o mapa esse é o resultado mais alarmante desde 2012, quando teve início a série anual para medir o nível de empobrecimento da população no Brasil.

Diante de tantos desafios a serem enfrentados pela humanidade, vale lembrar que os ODS trazem metas ambiciosas para serem alcançadas por cada um dos países envolvidos. Por isso, o objetivo deste trabalho é contextualizar o aumento da pobreza e a diminuição do poder aquisitivo da população brasileira, e discorrer informações sobre a meta 1.4, que diz que “até 2030 se deve garantir que todos os homens e mulheres, particularmente

os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças”, e sobre a meta 1.5 diz que “até 2030 se deve construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais”. Ambas as metas estão contidas no ODS1.

2. DESENVOLVIMENTO

O Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, declarado em 17 de outubro de 1987, teve como marco histórico o lugar onde mais de 100 mil pessoas se juntaram no Trocadéro, em Paris, com o intuito de honrar as vítimas da extrema pobreza, violência e fome. Não por coincidência, tal fato ocorreu no mesmo local onde anos antes aconteceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, período pós Segunda Guerra Mundial, composta por 30 artigos que protegem até os dias atuais, os direitos humanos básicos da humanidade. Tais marcos históricos são de suma importância destacar, e embora a distância entre eles seja de quase 40 anos, trazem muita simbologia por versarem sobre assuntos que se completam e se relacionam visando o bem comum para a sociedade e principalmente para os menos favorecidos.

Identificar a evolução da pobreza e os fatores que favorecem seu crescimento para freá-los e alcançar as metas propostas na Agenda 2030 traz consigo inúmeros desafios para serem debatidos tanto para o desenvolvimento local quanto para seu entorno. No Brasil, país de clima tropical, com inúmeras belas praias e natureza deslumbrante, ainda sim, apresenta diversos contrastes, desigualdade e destruição. São queimadas das verdes matas, exploração ilegal de madeira, elevados índices de gases poluentes emitidos e o aumento do efeito estufa mundialmente identificado por organizações responsáveis por tais medições.

Tudo isso acarreta, dentre outros, desequilíbrio da fauna e flora, e prejudica o *habitat* natural de espécies, trazendo desastres ambientais que muitas das vezes são eventos que acontecem em prol do capitalismo e grandes lucros, prejudicando o entorno e o desenvolvimento sustentável de modo geral. Como consequência, observa-se uma série de alterações

climáticas e o empobrecimento daqueles que dependem diretamente de tais recursos para sobreviver.

O direito à moradia decente e digna, com saneamento básico, água potável de boa qualidade e encanada, iluminação residencial e comida no prato, são fatores primordiais que acompanham a qualidade de vida mais justa a que todos deveriam ter acesso. Dispor de meios para proporcionar a realização e melhoria dessa necessidade inicial se torna um grande desafio diante do cenário caótico enfrentado.

O acúmulo das grandes riquezas para poucos, enquanto a pobreza cresce nos grandes centros urbanos e periferias das cidades, faz acelerar as desigualdades sociais e reduzir as chances e oportunidades. Os direitos que deveriam ser iguais estão cada vez mais desiguais e o acesso aos recursos econômicos e serviços básicos estão distantes de uma grande parcela da sociedade. O descontrole no número de desempregados, o crescimento alarmante da pobreza e o aumento do número de desfavorecidos são perceptíveis nos grandes centros.

As políticas sociais e a retomada de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) visam reduzir o nível elevado de pessoas em condições de vulnerabilidade no País. De acordo com Menezes e Januzzi (2018) , em 22 anos, o Brasil viveu dois períodos em que a pobreza e a extrema pobreza passaram por uma maior redução. O primeiro, em 1995, o que pode ser atribuído ao efeito da estabilização da moeda, mas cuja inflexão se restringiu a um único ano, sendo registrada, nos anos seguintes, uma tendência ascendente do número de pessoas naquela condição. O segundo, entre 2003 e 2014 quando os números revelaram uma contínua redução das duas variáveis (a pobreza e a extrema pobreza), mesmo após a crise econômica internacional de 2008, com uma continuidade da queda, alcançando os bolsões mais distantes do Brasil profundo.

A resiliência dos pobres perpassa pelo acesso à informação e ao conhecimento, com oportunidades de estudo e acesso a um ensino de qualidade. Segundo o livro *Unbreakable: Building the Resilience of the Poor in the Face of Natural Disasters*, lançado na Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP 22) pelo Banco Mundial, em 2016, os danos naturais devem deixar de ser medidos a partir dos danos patrimoniais e, sim serem medidos a partir dos danos que a queda de consumo desses eventos geram. Uma família com menor poder aquisitivo vai sofrer mais com as consequências dos desastres naturais do que uma família com alto poder econômico. De acordo com a publicação, a estimativa é que se fosse possível evitar todos os desastres naturais em um ano, o número de pessoas na extrema pobreza

(que vivem com menos de 1,90 dólar por dia) cairia em aproximadamente 26 milhões. Os autores ainda evidenciam que desastres naturais deixam na inércia ou movem as pessoas de volta para a pobreza, e são um dos motivos pelos quais é tão difícil erradicá-la.

A questão racial e a xenofobia são tão fortes e acentuadas quando comparadas com o nível de desenvolvimento econômico que envolve essa parcela da população. O contraste com os grandes centros de negócios e o vai-e-vem de pretos e pardos a procura de oportunidades faz uma retomada aos tempos sombrios de pós-escravidão no Brasil, onde ex-escravizados vagavam de um lugar a outro em busca de oportunidades de trabalho sem sucesso e repletos de incertezas. De modo semelhante, destaca-se também o alto índice de precariedade ao povo nordestino, que ainda sofre com as oportunidades negadas, como pode ser visto no mapa da pobreza da FGV (Junho/2022).

3. CONCLUSÃO

Os desafios são muitos frente à tamanha complexidade do tema. A erradicação da pobreza deve ser pensada de modo coletivo e abrangente e necessita de ações urgentes. Poucos com muito e muitos com tão pouco ou quase nada: é fatídico pensar que muito precisa ser feito para que se tenha uma melhor qualidade de vida, paz e justiça no país e no mundo. Segundo o economista Ladislau Dowbor (2022). No Brasil em 2022, cerca de 19 milhões de pessoas passavam fome, das quais cerca de 20% eram crianças. Além disso, aproximadamente 116 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança alimentar, ou seja: ora tinham, ora não tinham comida.

O uso e a escassez de alimentos fazem com que o problema não seja tão somente a falta de recursos, e sim a distribuição que se faz dele. A acumulação de grandes riquezas gera exorbitantes misérias. Não há que se falar de meritocracia num país desigual, onde as pessoas não possuem a mesma oportunidade, onde o ponto de partida para caminhada rumo às conquistas começa de maneira desleal, em uma relação tóxica que adoce e maquia as necessidades de consumo: os que têm excesso contra a escassez dos que necessitam. É preciso equilibrar a balança ou ao menos diminuir a distância alarmante para melhorar a qualidade de vida e dar mais dignidade para os menos favorecidos.

O consumo e a produção sustentável pertencem a um vasto conjunto de ações integrantes da gestão ambiental, que visam buscar a melhor

maneira de se produzir bens sem destruir o meio ambiente. Quanto menor o uso dos recursos naturais, menores serão os danos causados e maior será a proteção ambiental. A produção de produtos de maneira exacerbada, muitas vezes com alto custo, além de acarretar a busca por consumo inconsciente, ocasionado pelo apelo do capitalismo, gera um grande aumento de lixo e insumos descartados, muitas vezes de maneira incorreta.

O crescimento populacional, a urbanização e o desenvolvimento econômico são fatores que levam a maior geração de resíduos sólidos urbanos (BROWN, 2015). A coleta seletiva inconsistente e o descarte de materiais de maneira inapropriada, ocorrem em muitos casos em lixões a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento prévio, ocasionando o escoamento de chorume na natureza. Outro aspecto importante da gestão de resíduo sólido urbano é o transporte, que também é responsável por emissões significativas de dióxido de carbono (CO₂) (TAŞKIN 2020). A emissão de gás poluente causado pela queima de combustível aumenta à medida que o aumento da cadeia produtiva acelera. O vai e vem de caminhões com quantidades de resíduos a serem descartados acende mais um alerta em torno da proteção ambiental.

Quanto menor é o valor do que é produzido, maior é a facilidade e a oportunidade de compra para a população na busca pela oferta e procura. O aumento do ritmo de consumo está diretamente ligado ao valor do que é oferecido. De acordo com relatório do Banco Mundial, 3,4 bilhões de toneladas de RSU serão gerados em todo o mundo até 2050, em comparação com os 2 bilhões produzidos em 2018 (aumento de 70%), dos quais apenas 13,5% são reciclados e 5,5% compostados. (KAZA *et al.*, 2018)

A dupla, produção e consumo, andam lado a lado quando se trata de valores e oportunidades, de oferta e procura para escoar a produção. Em um país tão desigual, como o Brasil, a distância social entre as classes só contribui cada vez mais para o aumento da pobreza que tem cor, sotaque e, acima de tudo, muita história de luta e sofrimento ao longo de décadas.

A qualidade de vida está intrinsecamente ligada ao bem-estar social e na maneira como nos relacionamos com o meio em que vivemos. Ter uma boa noite de sono, hábitos saudáveis de vida e comida à mesa são fatores essenciais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Estar em sintonia com o meio e construir um ambiente saudável e sustentável traz benefícios para essa e para as futuras gerações. Consumir

de maneira consciente e sustentável, além de evitar desperdício, contribui para uma melhor distribuição de recursos. Erradicar a pobreza é algo desafiador e está ligada a inúmeras áreas da sociedade. Deve ser um esforço conjunto e contínuo para que a humanidade possa viver de modo mais justo e igualitário no que tange os recursos básicos e essenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC_91_2016.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

BROWN, D.P. Garbage: how population, landmass, and development interact with culture in the production of waste. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 98, p. 41-54, 2015.

Da Silva, Ana Carolina A. Borges ; Gennari, Adilson Marques . Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10213/10198>. Acesso em 30 jun. 2023.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 jun. 2023.

KAZA, S.; YAO, L.BHADA-TATA, P.VAN WOERDEN, F. *What a waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050* Washington, D.C.: World Bank, 2018.

Mapa Nova Pobreza. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Mapa da Riqueza. Disponível em: <https://cps.fgv.br/riqueza>. Acesso em: 09 mai. 2023.

MENEZES, F. e JANUZZI, P. (2018). Com o aumento da extrema pobreza, o Brasil retrocede dez anos em dois. *Teoria e Debate* . Edição 170. Disponível

Objetivos de desenvolvimento sustentável: como o consumo e a produção sustentável podem afetar a qualidade de vida no Brasil e contribuir para erradicação da pobreza

em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/> Acesso em: 16 mar. 2023.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua – PNAD. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Qualidade da saúde em cinco passos. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html. Acesso em: 30 jun. 2023. Acessado em: 07 de março de 2023

Sayeg, Ricardo Hasson, and Wagner Balera. "THE FUNDAMENTAL CONSTITUTIONAL PURPOSE OF ERADICATING POVERTY/ O OBJETIVO FUNDAMENTAL CONSTITUCIONAL DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA." *Revista de Direito Brasileira*, vol. 22, Jan.-Apr. 2019, pp. 66+. *Gale Academic OneFile*, link.gale.com/apps/doc/A598536951/AONE?. Acesso em: 7 Mar. 2023.

SUBSÍDIOS para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação aos Impactos Humanos das Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro: Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida, 2015.

TAŞKIN, A.; DEMIR, N. Life cycle environmental and energy impact assessment of sustainable urban municipal solid waste collection and transportation strategies. *Sustainable Cities and Society*, v. 61, 102339, 2020. *Teoria e Debate*. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois>. Acesso em: 07 março 2023.

Unbreakable: Building the resilience of the poor in the face of naturale disasters. HALLEGATTE, S., VOGT-SCHILB, A., BANGALORE, M. and ROZEMBERS, J. https://www.researchgate.net/publication/310604805_Unbreakable_Building_the_Resilience_of_the_Poor_in_the_Face_of_Natural_Disasters. Acesso em 28 jun. 2023.